



PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS  
Ata da 143ª reunião, realizada em 13 de novembro de 2024

1 Em 13 de novembro de 2024, reuniu-se ordinariamente o Plenário do Conselho Estadual de Recursos Hídricos  
2 (CERH), por meio de videoconferência realizada pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento  
3 Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte. Compareceram os seguintes conselheiros titulares e suplentes: os  
4 presidentes suplentes Clara Oyamaguchi Pinheiro de Araújo Moreira e Marcelo da Fonseca, representante da  
5 SEMAD; Representantes do poder público: Lorena Gonçalves Brito, da Secretaria de Estado de Agricultura,  
6 Pecuária e Abastecimento (Seapa); Ângelo Luiz Rezende, da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo (Secult);  
7 Arnaldo Correia da Silva Filho, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede); Marcelo Bahia  
8 Cantella, da Secretaria de Estado de Educação (SEE); Rafaella Cristina Batista Mazoni de Souza, da Secretaria de  
9 Estado de Governo (Segov); Rogério Pedersoli de Lima, da Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e  
10 Parcerias (Seinfra); Fellipe Antônio Andrade Chaves, da Secretaria de Estado de Saúde (SES); Carlos Alberto Valera,  
11 do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG); Representantes dos municípios: Letícia Fabiane de Oliveira, da  
12 Prefeitura de Betim; Gustavo Alvarenga Rodrigues, da Prefeitura de Lavras; Jhonata Soares Coelho, da Prefeitura  
13 de Mantena; Marxiley Lima Azevedo, da Prefeitura de Nova Era; Antônio Geraldo de Oliveira, da Prefeitura de  
14 Patrocínio; Tamires Batista de Sousa, da Prefeitura de Taiobeiras; Representantes de usuários de recursos  
15 hídricos: Dênio Drummond Procópio, da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig); Nelson Cunha  
16 Guimarães, da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa); Guilherme da Silva Oliveira, da Federação  
17 da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg); Patrícia Sena Coelho Cajueiro, da Federação das  
18 Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg); Maria de Lourdes Pereira dos Santos, do Instituto Brasileiro de  
19 Mineração (Ibram); Maria Aparecida Borges Pimentel Vargas, da Associação Brasileira de Geração de Energia  
20 Limpa (Abragel); Jadir Silva de Oliveira, da Associação das Indústrias Sucroenergéticas de Minas Gerais (Siamig);  
21 Leonardo Romano, da Associação de Aquicultores e Empresas Especializadas do Estado de Minas Gerais (Peixe  
22 MG); Mayara Marques de Oliveira Santos, do Serviço Autônomo de Saneamento Básico (SAAE Itabirito);  
23 Representantes de entidades da sociedade civil: Heleno Maia Santos Marques do Nascimento, do Instituto Heleno  
24 Maia da Biodiversidade (IHMBio); Regina Célia Fernandes Faria, da Associação para a Proteção Ambiental do Vale  
25 do Mutuca (Promutuca); Coryntho José de Oliveira Filho, do Instituto Espinhaço - Biodiversidade, Cultura e  
26 Desenvolvimento Socioambiental; Mauricio Nicolau de Assis Bertachini, da Associação Brasileira de Águas  
27 Subterrâneas - Núcleo Minas Gerais (Abas/MG); Valter Vilela Cunha, da Associação Brasileira de Engenharia  
28 Sanitária e Ambiental - Seção Minas Gerais (Abes/MG); Flávio Pimenta de Figueiredo, do Instituto de Ciências  
29 Agrárias da Universidade Federal de Minas Gerais (ICA/UFMG); Sylvio Luiz Andreozzi, da Universidade Federal de  
30 Uberlândia (UFU); Fernando Neves Lima, da Universidade Federal de Itajubá (Unifei). **Assuntos em pauta. 1)**  
31 **ABERTURA.** Verificado o quórum regimental, a presidente suplente Clara Oyamaguchi Pinheiro de Araújo Moreira  
32 declarou aberta a 143ª reunião do Plenário do Conselho Estadual de Recursos Hídricos. **2) EXECUÇÃO DO HINO**  
33 **NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **3) COMUNICADO DOS CONSELHEIROS.**  
34 Conselheiro Leonardo Romano/Peixe MG: “Boa tarde a todos, eu sou Leonardo Romano representante da Peixe  
35 MG, e gostaria de fazer algumas considerações sobre um material que foi mostrado na última reunião do  
36 Conselho. A Janaina, do IEF, apresentou um trabalho que foi feito com apoio do Instituto Hórus, uma lista de  
37 espécies da fauna e flora mineiras listadas numa categoria de restrição ou de proibição. Então tinha uma  
38 quantidade muito grande de peixes ornamentais nessa lista, e no dia eu não me manifestei porque queria ouvir  
39 os especialistas e as pessoas técnicas que nos suportam. E no dia 26/9 foi feito a reunião – a Janaina até falou  
40 disso – para a validação dessa lista. Nós participamos dessa reunião por videoconferência – eu participei junto  
41 com um diretor da Peixe MG – e manifestamos a nossa preocupação e eu diria até perplexidade com a quantidade  
42 de espécies que são cultivadas, principalmente na Zona da Mata, que é o maior polo mineiro de piscicultura  
43 ornamental, responsável hoje por 70% da produção mineira. E Minas Gerais, só para registrar, o maior produtor  
44 de peixes ornamentais do Brasil. É uma atividade consolidada há mais de 40 anos. Só para vocês terem uma ideia

da importância, nós tivemos uma exposição em Muriaé, agora em setembro, o governador Zema fez abertura da exposição. Nós tivemos na semana passada, nesse final de semana, a Ecofish, foi um grande evento no BH Mall. O secretário Thales fez a abertura. E nós temos tido um apoio enorme das vinculadas da Seapa e da própria Seapa, mas, principalmente, Emater e IMA. Recentemente até, foi assinada em Muriaé uma portaria sobre biossegurança. Então é uma atividade absolutamente consolidada e que gera muitos empregos. Tem uma característica de ser trabalhada muito por agricultura familiar, pequenas famílias. E nós nos deparamos com o grande número de espécies, espécies consagradas no mercado, como betta, molinésia, kinguio, registradas como proibidas, com proposta de proibição. Então a Janaina foi muito receptiva, nós contextualizamos a situação, mas nós observamos que esse trabalho foi feito sem a mínima consideração dos aspectos sociais e econômicos. Talvez uma visão ambiental que achamos que tem que ser considerada, temos sempre que buscar o equilíbrio, mas de forma alguma nós fomos ouvidos. Então nós negociamos com a Janaina, como representante do IEF, fizemos um trabalho, buscamos apoio da academia, de especialistas, consultores, produtores. Foi um trabalho consistente. E enviamos um ofício para Laura Homem Oliveira, que é diretora de Proteção à Fauna, registrando a nossa preocupação, pedindo uma revisão dessa lista e nos colocando à disposição para discutir isso com profundidade. Já envolvemos o secretário Thales também, e o Thales conhece muito dessa área, ficou sensibilizado também e até ficou de fazer um contato com o Breno, com o pessoal do IEF, porque nós temos que reabrir esse assunto, que é muito grave. Então eu agradeço a oportunidade de trazer essa preocupação, esses registros e deixar muito claro que a comunidade aquícola de Minas tem que ser ouvida, que não pode ser tomada nenhuma decisão que não tiver a nossa participação, porque isso pode trazer reflexo irreversível na economia da região da Zona da Mata.”

**4) COMUNICADO DA SECRETARIA EXECUTIVA.** Foi feita exibição de vídeo gravado por Tiago Aroeira Marliere, da Superintendência de Tecnologia da Informação, da SEMAD, com apresentação sobre a nova plataforma meioambiente.mg.gov.br, que passa a abrigar todos os portais do Sistema Estadual de Meio Ambiente e de Recursos Hídricos (Sisema) do Estado de Minas Gerais. Felipe Brait Carneiro Gonçalves, da SEMAD, se colocou à disposição para esclarecimento de dúvidas e recebimento de críticas e sugestões ao novo sistema.

**5) EXAME DA ATA DA 142ª REUNIÃO.** Aprovada por unanimidade a ata da 142ª reunião do Plenário do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, realizada em 18 de novembro de 2024. Votos favoráveis: Abes, Cemig, Copasa, Faemg, Fiemg, Ibram, IHMBio, Instituto Espinhaço, MPMG, Peixe MG, Prefeitura de Betim, Prefeitura de Lavras, Prefeitura de Mantena, Prefeitura de Nova Era, Prefeitura de Patrocínio, Prefeitura de Rio Pomba, Prefeitura de Taiobeiras, Promutuca, SAAE de Itabirito, Secult, Sede, SEE, Segov, Seinfra, SEMAD, SES, Siamig e UFU. Abstenção: Seapa. Ausências: Abas, Abragel, CRBio, UFMG, Prefeitura de Itapeva, Prefeitura de Jordânia e Unifei. Justificativa de abstenção. Conselheira Lorena Gonçalves Brito/Seapa: “Abstenção, porque a conselheira que fez a reunião passada, eu não consegui contato prévio com ela. Ela está em viagem.”

**6) MINUTA DE DELIBERAÇÃO CERH-MG PARA EXAME E DELIBERAÇÃO. 6.1) Minuta de Deliberação CERH-MG que dispõe sobre a equiparação da Associação Multissetorial de Usuários de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas Abha Gestão de Águas às funções de Agência de Bacia Hidrográfica da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari (PN2). SEI/Nº 2240.01.0003405/2024-29. Responsável: Gerência de Apoio às Agências de Bacias Hidrográficas e Entidades Equiparadas (Geabe/IGAM).** Minuta de Deliberação Normativa CERH-MG aprovada por unanimidade nos termos apresentados pela Geabe/IGAM. Votos favoráveis: Abes, Abragel, Cemig, Copasa, Faemg, Fiemg, Ibram, Instituto Espinhaço, Peixe MG, Prefeitura de Betim, Prefeitura de Lavras, Prefeitura de Mantena, Prefeitura de Nova Era, Prefeitura de Patrocínio, Prefeitura de Rio Pomba, Prefeitura de Taiobeiras, Promutuca, SAAE de Itabirito, Seapa, Secult, Sede, SEE, Segov, Seinfra, SEMAD, SES, Siamig, UFU e Unifei. Abstenções: Abas e MPMG. Ausências: CRBio, UFMG, IHMBio, Prefeitura de Itapeva e Prefeitura de Jordânia. Justificativas de abstenções. Conselheiro Mauricio Nicolau de Assis Bertachini/Abas: “Eu vou me abster, porque tive um problema para entrar na reunião e estou sendo suplente.” Conselheiro Carlos Alberto Valera/MPMG: “Na forma do Ato 02 da Corregedoria-Geral, abstenção.” Agradecimentos. Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi/UFU: “Eu só queria agradecer a votação, porque nós precisávamos passar por esse momento para continuar o trabalho aqui no CBH Araguari. Só agradecer o trabalho feito pelo IGAM e pelo Conselho Estadual.” Presidente Marcelo da Fonseca: “Muito obrigado, em nome dos servidores do IGAM.”

**7) QUALIDADE DAS ÁGUAS SUPERFICIAIS NO ESTADO DE MINAS GERAIS EM 2023. Responsável: Gerência de Monitoramento de Qualidade das Águas (Gemoq/FEAM).** Bernardo do Vale Beirão, da Gerência de Monitoramento da Qualidade das Águas Superficiais, do IGAM, fez apresentação do Resumo Executivo Anual de Monitoramento da Qualidade das Águas Superficiais em Minas Gerais, relativo ao ano de 2023. O conteúdo da exposição foi disponibilizado na pauta desta reunião, no portal do Meio Ambiente. Debates.

97 Presidente Marcelo da Fonseca: “Obrigado, Bernardo. Eu queria aproveitar a oportunidade para parabenizar toda  
98 a equipe da Gemoq por esse programa, que é de excelência, e a qualidade técnica dos resultados que são  
99 disponibilizados para toda a sociedade, em especial para este Conselho, para tomada de decisão. E convidar todos  
100 os conselheiros para acessar o QR Code que foi disponibilizado, onde teremos todas as informações, com análise  
101 mais detalhada dos pontos que foram aqui abordados. E também reforçar que todos esses dados estão disponíveis  
102 para acesso, para trabalhar avaliações além das que nós disponibilizamos nas nossas publicações periódicas.  
103 Parabéns, Bernardo e toda a equipe.” Conselheira Maria de Lourdes Pereira dos Santos/Ibram: “Eu também quero  
104 dar parabéns pela qualidade do trabalho, Bernardo, extensivos aos colaboradores do IGAM. Eu queria só destacar  
105 aqui, que é uma oportunidade, o seguinte. A mineração tem um diferencial, quando colocada como uma atividade  
106 que causa impactos importantes, porque no caso desses contaminantes, Bernardo... E apareceu arsênio,  
107 manganês, violações, vamos dizer. Um diferencial da mineração é o que é inerente a ela, que é a rigidez locacional.  
108 Então quando a coisa é colocada como uma contaminação provocada pela mineração precisa existir a ressalva de  
109 que a ocorrência natural desses elementos, que chamamos de background, tem que ser levantada. Eu sei que isso  
110 às vezes é citado, mas de forma geral, numa apresentação. E te digo, por exemplo, naquele slide que você colocou  
111 dos causadores de impacto de esgoto industrial, esgoto doméstico, mineração e agricultura, a mineração se  
112 diferencia aí, porque a ocorrência daquele determinado contaminante, grande parte das vezes, não tem a ver  
113 com a atividade minerária, mas com a ocorrência, com o ambiente geoquímico, com a geologia local. Então isso  
114 precisa sempre ser destacado, porque todo mundo sabe que em Minas Gerais a mineração não é uma atividade  
115 vista com muita simpatia por muitos. Ainda eu acho que até porque discussões como essas que estou colocando  
116 aqui, pontos como esses não são destacados. Eu não li o relatório e ainda espero que isso esteja claro, que o  
117 background em Minas Gerais, especificamente no Quadrilátero Ferrífero, as chamadas violações não são  
118 necessariamente, não têm necessariamente o caráter antrópico, mas um caráter natural.” Conselheiro Leonardo  
119 Romano/Peixe MG: “Boa tarde, Bernardo, bom te ouvir e revê-lo, é uma alegria. Parabéns pelo trabalho. Eu assisti  
120 com muita atenção e queria fazer uma pergunta e uma consideração. Pelo que você apresentou, a represa de  
121 Três Marias apresenta bons resultados em todos os indicadores. Vocês perceberam, na avaliação, algum impacto  
122 advindo da criação de peixes em tanque-rede na represa? Isso ficou perceptível? Você tem algo a me dizer sobre  
123 isso?” Conselheiro Nelson Cunha Guimarães/Copasa: “Eu também queria parabenizar o Bernardo. Muito boa  
124 apresentação. E eu queria fazer um comentário. Depois eu quero ler o relatório, mas sabemos que, com certeza,  
125 o saneamento é muito importante para que consigamos a melhoria desse resultado, mas nós sabemos da  
126 realidade que nós temos no Estado como um todo. Nós ainda temos um desafio muito grande para conseguir essa  
127 universalização, não depende simplesmente apenas do investimento. É muito importante destacar que é  
128 necessária a adesão, e nessa adesão realmente é necessário o apoio do Estado, as políticas públicas, para que  
129 realmente elas aconteçam. E eu entendo que as próprias normativas hoje tendem a melhorar esses resultados  
130 em cima de prazos já preestabelecidos, como o próprio Marco Legal do Saneamento, em que se busca uma  
131 universalização até 2033 da coleta e tratamento de esgoto em 90%, e também a própria Portaria 08, que também  
132 etapalizou os retrofits das unidades existentes de tratamento de esgoto de forma que se possa reavaliar essas  
133 tecnologias para buscar a remoção de efluente. Eu acho que é muito importante esse acompanhamento. Eu  
134 acredito que mesmo não da forma que gostaríamos, na intensidade, mas acompanhando esses relatórios nós  
135 começamos a enxergar uma melhoria tímida, às vezes, mas entendemos que os investimentos são importantes e  
136 estão acontecendo. Mas eu não sei, Bernardo, se essa reflexão também foi abordada no relatório. É uma  
137 pergunta. Mas depois eu vou estar checando isso também de forma mais detalhada.” Bernardo do Vale  
138 Beirão/IGAM: “Eu queria fazer um comentário, eu concordo que existe presença natural de diversos desses  
139 elementos que são considerados tóxicos, mas não podemos desconsiderar que a mineração tem seu impacto.  
140 Mas aqui uma coisa que não fizemos foi apontar responsáveis para situações específicas, porque isso é uma coisa  
141 muito complicada de se fazer. Eu já pego, inclusive, o gancho com a pergunta do Sr. Leonardo Romano. Primeiro  
142 que os resultados do IQA em Três Marias realmente estavam bons, muito bons, mas em Três Marias encontramos  
143 também quantidades altas de cianobactérias. E é difícil, de novo, como eu estou falando, apontar o que é o  
144 causador, especialmente na bacia do rio São Francisco, que sofre tantos impactos, como eu pude trazer. Mas o  
145 impacto que pode estar relacionado à criação de peixes é o aumento de nutrientes disponibilizados,  
146 principalmente por conta da ração e tudo o mais. Mas, de novo, é uma bacia que recebe tantas influências, que é  
147 complicado trazermos isso aqui. Nelson, eu perdi uma parte da sua fala, mas o relatório eu espero que você  
148 consiga acessá-lo, e nós estamos à disposição. Meu e-mail está aí. E se precisar de qualquer ponto que possamos

149 discutir você entra em contato conosco, que estamos sempre à disposição.” Presidente Marcelo da Fonseca: “Eu  
150 acho que é importante reforçar até um pouco do que o Nelson colocou, que os colegas conselheiros colocaram  
151 aqui. Nós percebemos que estamos numa situação meio que de estabilidade quanto à qualidade da água no  
152 Estado de Minas Gerais. Nós vemos dois grandes esforços que estão sendo empreendidos agora como potenciais  
153 para reverter essa situação, melhorar o Índice de Qualidade de Água, que são os avanços do enquadramento  
154 dentro da política de recursos hídricos, que nós estamos discutindo e revisitando alguns enquadramentos em  
155 áreas importantes. Como por exemplo da bacia do rio das Velhas, que está em discussão neste momento no  
156 Comitê e em breve virá ao CERH para a sua ratificação. A questão do saneamento, Nelson, que você bem trouxe,  
157 a normativa que trouxe o novo marco, com novos prazos, novas diretrizes. E também há um esforço muito grande,  
158 naquilo que compete ao governo de Minas, de direcionar recursos para essas iniciativas. Recentemente, os  
159 acordos advindos dos rompimentos das barragens tiveram parte significativa do seu recurso direcionado para a  
160 atividade de saneamento nas bacias do Paraopeba e do Doce, demonstrando a importância que se dá a essa  
161 política pública, que tem o impacto social, nós sabemos, da qualidade de vida da população. Mas também tem  
162 esse resultado aqui para a nossa política, com a melhoria da qualidade de água nessas bacias. Nós estamos nesse  
163 esforço grande de avançar com o saneamento naquilo que são medidas que o governo consegue empreender,  
164 mas é importante, Gustavo, que sempre chama a atenção da participação dos municípios na política de gestão de  
165 recursos hídricos, esse envolvimento. O saneamento é uma concessão municipal, é uma obrigação do município,  
166 que precisa se envolver na gestão para a melhoria da qualidade de água nos territórios. Nós temos hoje uma série  
167 de iniciativas que podem, com certeza, e esperamos que avancem para a melhoria da qualidade de água em  
168 Minas. Especialmente com relação à apresentação, o documento apresentado, fiquem à vontade para trazer  
169 considerações, contribuições, sugestões de aprimoramento. É sempre bom. É um documento, que eu falo com a  
170 equipe, que nós produzimos, mas não é um documento para o IGAM, é para todo o Sistema de Gestão de Recursos  
171 Hídricos. E este Conselho, como o órgão máximo da Política, tem que se debruçar sobre esses resultados e nos  
172 ajudar a formular políticas para melhoria e avanço da qualidade de águas no Estado.” Conselheiro Sylvio Luiz  
173 Andreozzi/UFU: “Eu queria cumprimentar pela apresentação, Bernardo, em seu nome, e toda a equipe que  
174 trabalhou para isso e continua trabalhando, que a coleta é contínua, análise de dados contínua também. Primeiro  
175 eu tenho uma dúvida operacional. Na sua apresentação, quando você fala da toxicidade, eu notei que tem um  
176 ponto vermelho que aparece na bacia do Araguari. Eu queria saber se tem algum instrumento, alguma ferramenta  
177 que possamos fazer a consulta para saber os dados desse ponto, se isso já está disponível no sistema ou se tem  
178 que fazer relatório.” Bernardo do Vale Beirão/IGAM: “Nós temos isso, no repositório institucional do IGAM tem  
179 todas essas informações. Você pode encontrar cada ponto individualmente lá. E nós estamos sempre à disposição.  
180 Caso você tenha alguma dificuldade, pode entrar em contato conosco, que nossa equipe dá um jeito de tentar  
181 facilitar esse acesso a esses dados. Mas os dados estão lá acessíveis para qualquer pessoa. Obviamente que pode  
182 levar algum tempo, porque nós temos essa rede de monitoramento que é muito grande. Então quando recebemos  
183 os dados do laboratório geralmente são muitos dados, o próprio laboratório já leva um certo tempo para fazer a  
184 entrega dos dados; e até fazermos a consistência e analisar e poder disponibilizar no site leva um tempo. Mas de  
185 qualquer maneira talvez você não encontre o mais atual, mas vai encontrar todos os dados que foram publicados  
186 desde o início do monitoramento naquele ponto. Como eu citei na apresentação, nós começamos só com  
187 177 pontos. Quer dizer, só não, porque é até uma rede interessante, 177 pontos. Então vários pontos são mais  
188 recentes. Então também a história de cada ponto vai variar. Só reforçar, estão disponíveis. Precisando de alguma  
189 ajuda, se tiver alguma dúvida, pode entrar em contato.” Presidente Marcelo da Fonseca: “Além disso, Bernardo,  
190 no anexo do relatório, tem uma avaliação detalhada por bacia hidrográfica. Nós trouxemos aqui uma avaliação  
191 geral para apresentação ao Conselho. Por isso que eu convido todos a acessar o relatório, porque lá tem essa  
192 consolidação das informações avaliadas no período. Qual é a frequência em que nós publicamos os relatórios?”  
193 Bernardo do Vale Beirão/IGAM: “Neste momento, nós estamos avaliando os dados do segundo e terceiro  
194 trimestres deste ano. Então provavelmente vai ter acesso só do primeiro trimestre de 2024. O mais recente vai  
195 ser isso, mas, possivelmente, se não me engano, o segundo trimestre ainda está para ser publicado.” Presidente  
196 Marcelo da Fonseca: “Demonstrando que temos esse consolidado que apresentamos aqui, continuamos fazendo  
197 os relatórios trimestrais, eles também são publicados. Além desse, que é de 2023, já tem produtos de 2024  
198 disponíveis e estão acessíveis também nos nossos canais que foram colocados.” Conselheiro Sylvio Luiz  
199 Andreozzi/UFU: “Eu queria fazer um comentário sobre a fala do Nelson, da Copasa. Eu acho que nós temos alguns  
200 avanços, mas creio que são modestos demais. Já temos uma história de mais de cem anos de tratamento de

201 esgoto, e, particularmente, eu acho inconcebível estarmos em 2024 e existirem cidades ainda que sequer fazem.  
 202 Eu estou falando do Estado de Minas Gerais, estou falando da bacia do Comitê que eu presido atualmente  
 203 também. Eu considero inaceitável que nós tenhamos ainda cidades que não tenham rede completa de coleta de  
 204 esgoto e não tenham um tratamento de esgoto. Eu acho que nós, no Conselho Estadual de Recursos Hídricos,  
 205 temos por obrigação colocar esse ponto como um dos pontos primordiais na política de recursos hídricos do  
 206 Estado de Minas. Nós nos preocupamos muito com a outorga, com a função econômica, mas tratamento de  
 207 esgoto não pode ser uma política que dependa de sobra de caixa, ela deveria ser primordial, deveria ser a primeira  
 208 atitude a ser tomada pelo Estado. O Estado deveria ter essa preocupação. E pouco me importam essas falas de  
 209 enterrar obra, não se trata de enterrar obra, se trata de garantir qualidade de água e qualidade de vida para as  
 210 pessoas.” Conselheiro Nelson Cunha Guimarães/Copasa: “Só complementar, Sylvio. Eu acho que é fundamental  
 211 essa questão que você coloca. Tratamento de esgoto é fundamental, é essencial, é necessário para a melhoria da  
 212 qualidade de vida das pessoas e dos recursos hídricos. Eu acho que é nesse sentido que se buscaram metas através  
 213 do Marco Legal de Saneamento, justamente para se correr atrás de uma situação terrível que nós temos em  
 214 determinadas regiões do país. Eu acho que posso até colocar do país, de modo geral, onde ainda tem poucos  
 215 locais onde atingimos a universalização. E, só para colocar, a tecnologia de esgoto pode ter cem anos, mas  
 216 tratamento de água começou no Brasil nos anos 70, com a Planasa, o esgoto realmente começou a avançar já nos  
 217 anos 90. É uma situação que o Brasil começou muito atrasado com isso, tem um passivo enorme, e realmente nós  
 218 precisamos efetivar que essa prestação de serviço seja alcançada por toda a população. É só para reforçar e dar  
 219 um de acordo com relação à importância do tratamento de esgoto.” Presidente Marcelo da Fonseca: “Agradecer  
 220 novamente ao Bernardo e toda a equipe da Gemoq pela apresentação e pelo brilhante trabalho que fazem,  
 221 agradecer pela dedicação de cada um de vocês para a continuidade desse programa, que tem uma das maiores  
 222 séries históricas de monitoramento de qualidade e é reconhecido nacionalmente como de excelência dentro dos  
 223 nossos pares do Sistema de Gestão de Recursos Hídricos. Muito obrigado, Bernardo.” **8) APRESENTAÇÃO DOS**  
 224 **TRABALHOS DO GRUPO GESTOR DE VAZÃO DO ALTO RIO DAS VELHAS (CONVAZÃO). Responsável: Renato Júnio**  
 225 **Constâncio, Secretário do CBH Velhas e coordenador do Convazão.** Renato Júnio Constâncio, secretário do CBH  
 226 Velhas, fez apresentação sobre o Grupo Gestor de Vazão do Alto Rio das Velhas (Convazão) destacando seu  
 227 histórico de atuação, ações realizadas e resultados obtidos. O conteúdo da exposição foi disponibilizado na pauta  
 228 desta reunião, no portal do Meio Ambiente. Debates. Renato Júnio Constâncio/CBH Velhas: “Eu agradeço a  
 229 possibilidade de estar aqui apresentando esse trabalho, é um trabalho de grupo, um trabalho do Comitê do Rio  
 230 das Velhas, uma instância criada pelo Comitê, uma sala de situação do Comitê do Rio das Velhas. Então eu  
 231 agradeço a possibilidade de estar apresentando isso aqui. Não é nada muito especial, fantástico, de último  
 232 lançamento, mas tem sido muito útil e tem sido uma experiência fantástica. Eu estou muito feliz de ter ajudado a  
 233 contribuir com esse trabalho.” Presidente Marcelo da Fonseca: “Obrigado, Renato, parabéns pelo trabalho, pela  
 234 iniciativa, pela proatividade do Comitê do Velhas em liderar esse processo. E a todos os atores que participam do  
 235 processo e as empresas que se sensibilizam com toda a situação e, de forma proativa, fazem a mudança  
 236 operacional necessária para garantir o atingimento desse objetivo que é garantir uma maior resiliência do rio das  
 237 Velhas. A lude foi quem, inclusive, convidou e sugeriu a pauta aqui. Vou passar a palavra para ela.” Conselheira  
 238 Maria de Lourdes Pereira dos Santos/Ibram: “Eu quero agradecer a vocês por terem recepcionado esse meu  
 239 pedido e trazido esse assunto, que eu acho de extrema importância. Agradecer ao Renato também, porque todas  
 240 as vezes que eu precisei dele ele me atendeu muito bem. E dizer que, como representante do setor minerário, eu  
 241 fico extremamente satisfeita de ver, dentro de um momento desse tão importante dentro Conselho Estadual, a  
 242 divulgação da participação da mineração nesse processo de uma forma extremamente nobre. Eu não sei se isso  
 243 é conclusivo, não sei se vocês concordam com isso, mas essa questão da participação, de o uso dos reservatórios  
 244 ter levado a um impedimento do racionamento na região metropolitana, isso é de extrema importância. Eu só  
 245 lamento, como representante do setor minerário, que isso não seja divulgado. Às vezes, até o contrário, dentro  
 246 do próprio Comitê da Bacia do Velhas, a mineração é tida como a que só prejudica. Eu fiz questão de pedir –  
 247 novamente, agradeço por ter sido aceita a minha solicitação – porque isso precisa ser mostrado para a população  
 248 da região metropolitana, a população de Belo Horizonte e da região metropolitana. Isso precisa ser divulgado,  
 249 precisa ser dito, principalmente porque esse risco de racionamento não é visto com muita materialidade pela  
 250 população. Então essa apresentação, Renato, esse vídeo, aí eu achei fantástico, se pudesse ser colocado na mídia,  
 251 eu acho que seria muito importante. E eu queria saber se podemos ter acesso. Está no Convazão, no CBH Velhas,  
 252 esse vídeo?” Presidente Marcelo da Fonseca: “O material está no site, está nas redes sociais do Velhas. De toda

253 forma, nós vamos compartilhar também a apresentação com vocês e inserimos também o link desse vídeo, que  
 254 está no Youtube.” Conselheira Maria de Lourdes Pereira dos Santos/Ibiam: “Muito boa apresentação. Obrigada?”  
 255 Conselheiro Nelson Cunha Guimarães/Copasa: “Eu faço questão de fazer uma correção, que eu acho que é de  
 256 uma importância absurda essa experiência do Convênio, do Comitê do Velhas, acho que isso realmente precisa  
 257 ser divulgado, disseminado para outros Comitês, para casos específicos. É o sucesso de você estar reunindo um  
 258 grupo efetivamente para discutir a questão do rio, preocupado com o rio e buscando solução, obviamente, no  
 259 caso da Copasa, para o abastecimento da região metropolitana, que é muito importante, mas todos os esforços  
 260 concentrados não só para abastecimento, mas para a condição ecológica do rio. Então todos os usuários em  
 261 parceria com o Comitê, com o órgão gestor, que é o IGAM, com o Serviço Geológico Brasileiro, empenhados, de  
 262 forma colaborativa, transparente, em buscar soluções e tentar, de forma proativa, mitigar problemas  
 263 relacionados a disponibilidade de água. Então eu entendo e concordo com a lide que é uma experiência  
 264 importantíssima que precisa ser divulgada. E ao mesmo tempo também um exemplo de como uma infraestrutura  
 265 como uma barragem é positiva para regularizar vazão e mitigar problemas relacionados a períodos longos de seca.  
 266 Então são estruturas importantes, que têm que estar conjugadas e integradas às soluções baseadas na natureza,  
 267 mas são soluções importantes, que tem os benefícios. Tem seus impactos, mas também tem grandes benefícios.  
 268 E o exemplo aqui na região metropolitana está muito bem descrito, essa experiência junto com o parceiro  
 269 AngloGold para buscar, no caso, mitigar o efeito desses períodos que têm sido bastante frequentes aqui na região  
 270 Central de Minas Gerais.” Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi/UFU: Primeiro, é sempre bom ver o Comitê fazendo  
 271 gestão, isso é muito importante. Eu queria fazer só duas observações. Uma é um questionamento, eu não entendi  
 272 direito e queria entender um pouco melhor. Houve uma redução na vazão defluente do reservatório acho que  
 273 Rio das Pedras de 50% da Q7,10 para 30% da Q7,10. O sentido disso é guardar mais água no reservatório? É isso?”  
 274 Renato Júnio Constâncio/CBH Velhas: “Sim, professor Sylvio, é permitir por um tempo, por um prazo de alguns  
 275 dias, repressão no reservatório. Só naquele período. Repressionou, volta ao normal.” Conselheiro Sylvio Luiz  
 276 Andreozzi/UFU: “E quando baixa para isso é porque também não tem turbinamento. É isso?” Renato Júnio  
 277 Constâncio/CBH Velhas: “Exatamente.” Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi/UFU: “Eu entendi. É porque acabamos  
 278 de passar por uma reunião hoje que tratava de uma outorga de uma PCH, e esse foi um assunto muito discutido,  
 279 a questão da vazão defluente. Então eu queria mesmo era escutar um pouco sobre isso.” Renato Júnio  
 280 Constâncio/CBH Velhas: “Foi, especificamente, para poder represar o reservatório por um período de uma  
 281 semana, 15 dias, e depois volta ao normal.” Conselheiro Nelson Cunha Guimarães/Copasa: “Renato, só para  
 282 reforçar, são condições que foram bem definidas, as condições temporárias para se fazer essa operação.” Renato  
 283 Júnio Constâncio/CBH Velhas: “Exatamente.” Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi/UFU: “E segundo, agora, é um  
 284 comentário, Marcelo, que de novo diz respeito à Política Estadual. Nos anos 1960, eu sei que à época era  
 285 diferente, às condições diferentes, mas, na década de 1960, a população da região metropolitana de São Paulo  
 286 estava chegando a 5 milhões de habitantes. Foi quando começou a ser constituído o complexo do Cantareira,  
 287 começou a construção das duas primeiras barragens para reservação de água para abastecimento. Eu vejo a  
 288 apresentação agora, a região metropolitana de Belo Horizonte já ultrapassou 5 milhões de habitantes, e não tem  
 289 reservatório, não há reservação de água para abastecimento. Depende de um esforço conjugado de várias  
 290 instituições, de empresas, para poder resolver um problema que só tende a se agravar. Novamente, nós estamos  
 291 no Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Qual governo vai tomar uma atitude quanto a isso, qual governo vai  
 292 entender que há necessidade de reservação? Quando eu ouço que Bela Fama faz captação a fio d’água, que ela  
 293 responde, se eu não me engano, a 45% do abastecimento da região – me corrija depois, Nelson, se eu estiver  
 294 errado –, eu fico pensando assim... Ou não vai ser feito esse esforço?” Conselheiro Nelson Cunha  
 295 Guimarães/Copasa: “Sylvio, você tem toda a razão. O Plano Diretor de Abastecimento da região metropolitana  
 296 prevê reservação em barramento. O sistema Rio das Velhas é responsável realmente por em torno de 46% do  
 297 abastecimento da região metropolitana. Nós temos na região metropolitana os reservatórios da bacia do  
 298 Paraopeba. São reservatórios. Mas é muito importante se buscar uma solução de reservação para a bacia do rio  
 299 das Velhas. É um projeto que já está sendo estudado, está sendo avaliado. E realmente entendo que uma  
 300 regularização de vazão tão importante e estratégica para uma população de tão grande porte, como a  
 301 metropolitana, passa por reservação de água. Nós temos que lembrar também que é uma região que tem poucas  
 302 alternativas de abastecimento. E entendemos que a melhor alternativa é justamente buscar uma reservação que  
 303 realmente garanta o crescimento da região metropolitana e também as vazões para os usuários a jusantes e a  
 304 vazão ecológica que o rio precisa. Acho que é de uma forma bem resumida, é um assunto que é longo.” Presidente

305 Marcelo da Fonseca: “Essa questão, Sylvio, muito bem trazida aqui, de muita preocupação para todos nós, em  
306 especial para este Conselho, está sendo abordada, além da questão que o Nelson trouxe, no plano de  
307 abastecimento da região metropolitana, os dois planejamentos de segurança hídrica de Minas Gerais, o específico  
308 da região metropolitana, juntamente com o Plano Mineiro, trazem essa diretriz da necessidade de ter uma  
309 solução de reservação na bacia do rio das Velhas. Para complementar as reserwações que já existem na bacia do  
310 Paraopeba. É uma discussão importante. Nós sabemos o quão complexo é discutir reservação, barramento, mas  
311 é uma discussão que o Sistema de Recursos Hídricos, o Sistema de Saneamento, precisará enfrentar para garantir  
312 abastecimento para a região metropolitana e uma resiliência para o rio das Velhas. Nós estamos vendo que foi  
313 um ano em que foi possível fazer essa gestão. Quero mais uma vez reforçar e parabenizar todos os envolvidos.  
314 Mas chegará um momento ou se tiver dois períodos consecutivos de um baixo volume de chuva e uma série de  
315 outros complicadores, essa solução, por mais estratégica que seja, por mais boa vontade que tenha, vai se esgotar.  
316 Nós vimos que nesse ciclo 2024 a maioria dos reservatórios existentes na bacia chegaram próximo do seu limite.  
317 Uma extensão por mais 15 dias, acho que nem isso, não sei se tem esse prognóstico, mas já teríamos grandes  
318 problemas de garantir a vazão necessária para a captação e também para o rio das Velhas. Então é importante e  
319 urgente, isso tem sido uma preocupação da Copasa. O Nelson trouxe isso aqui. Tenho conversado muito com o  
320 presidente Guilherme sobre a importância e a urgência de se começar a discussão quanto à reservação no alto  
321 velhas para garantir essa segurança hídrica.” Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi/UFU: “Só para complementar, a  
322 região metropolitana também tem um problema sério com cheias, e o sistema de reservação também serve  
323 para fazer regularização de contenção de ondas de cheia, quando bem planejado, quando bem construído e,  
324 principalmente, quando bem manejado. Então não é só o problema de deixar ir embora uma água que vai faltar  
325 futuramente, deixar ir embora acaba causando uma série de transtornos na região metropolitana. Então eu creio  
326 que é mais do que necessário, urgente, pensar num modelo de manejo mesmo dessa água que é demais em  
327 alguns momentos e depois é pouca.” Conselheira Maria de Lourdes Pereira dos Santos/Ibram: “Uma dúvida aqui,  
328 também dirigida a membros do Comitê do Velhas. Em determinado momento, o Comitê do Velhas deliberou pela  
329 proibição de construção de barramentos na bacia. Isso no passado. Eu espero que não exista mais essa deliberação  
330 do Comitê. Não é?” Presidente Marcelo da Fonseca: “Iude, eu não sei te falar. Estamos com o Renato, com o  
331 Nelson e outros membros do Velhas. Se eles tiverem informação, ótimo. Senão, nós levantamos com a presidente  
332 Poliana e trazemos para vocês.” Renato Júnio Constâncio/CBH Velhas: “Eu acho melhor levantar depois com a  
333 diretoria e trazer ao Conselho. Eu acho que ainda está ativa, ainda está valendo essa deliberação, salvo engano,  
334 da questão de construção de reservatório na bacia do Velhas.” Conselheira Maria de Lourdes Pereira dos  
335 Santos/Ibram: “Eu acho que até, inclusive, com essa fala do Marcelo, fica muito claro que isso não faz mais  
336 sentido.” Conselheiro Nelson Cunha Guimarães/Copasa: “Eu entendo também, lude. Eu também não sei, tem que  
337 procurar a nossa presidente, mas realmente é uma questão que, se tiver, nós precisamos rediscutir.” Presidente  
338 Marcelo da Fonseca: “Obrigado pela lembrança, lude.” Renato Júnio Constâncio/CBH Velhas: “Eu só queria  
339 agradecer à diretoria do Comitê do Rio das Velhas pela oportunidade, a todo o time do Convazão, que é um  
340 trabalho bem legal. Realmente como o professor Sylvio falou, é fazer gestão das águas. Lógico que Comitê tem  
341 muitas outras ações, de produção, de conservação de água, que ainda é pouco, perto do desafio que temos. Mas  
342 fazer essa gestão realmente passada da situação no Velhas tem sido uma experiência bem interessante. E o  
343 importante é o resultado. Nós estamos tendo resultados positivos. Agradecer a diretoria, em nome da Poliana,  
344 nossa presidente, da diretoria, agradecer o convite e a oportunidade aqui. Obrigado a todos.” **9) ASSUNTOS**  
345 **GERAIS.** Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi/UFU: “Hoje na parte da manhã, nós tivemos uma assembleia  
346 extraordinária do CBH Araguari. Dentre outros assuntos, renovar a outorga de uma PCH. Marcelo, eu tive um  
347 questionamento por parte de um dos conselheiros, eu queria compartilhar essa preocupação com o Conselho  
348 Estadual. Porque eu adotei no CBH Araguari os mesmos procedimentos que nós adotamos de conferência de  
349 quórum e de votação que foram adotadas no Conselho Estadual. A necessidade foi remota. Então a necessidade  
350 de abrir a câmara, a necessidade de confirmar o voto no momento, a não permissão do voto pelo chat. E eu fui  
351 questionado por um dos conselheiros, e ele pediu o seguinte: se existe alguma normativa que obriga que o voto  
352 deve ser de câmara aberta e não pode ser pelo chat. E se não há, Marcelo, nós precisamos criar, porque eu  
353 considero uma das inovações pertinentes. O fato de ser uma reunião remota implica em você ter condições de  
354 poder participar e se manifestar e registrar sua manifestação. Então eu queria colocar essa preocupação. E mais  
355 duas. A segunda, vinda do mesmo conselheiro é: se existe alguma normativa que obriga o conselheiro a ter acesso  
356 à internet para ele poder participar das reuniões remotas. É interessante isso porque, quando começamos a fazer

357 as reuniões remotas, isso já entrou numa certa normalidade e nem me preocupei, nunca passou pela minha  
 358 cabeça essa questão, foi quase que um engajamento imediato de usar a internet. Mas, como foi feito o  
 359 questionamento, eu vou ter que responder a esse questionamento de alguma maneira. E o terceiro  
 360 questionamento diz respeito ao artigo 252 do Código de Trânsito, aquele que impede o uso de aparelhos celulares  
 361 enquanto a pessoa dirige. Isso significa que nenhum conselheiro pode, dirigindo, participar de uma reunião  
 362 remota, pois ele está infringindo a lei. E se nós somos coniventes com isso nós estamos dando abrigo a quem não  
 363 cumpre a lei. Então eu estou trazendo esses três pontos para o Conselho, para que nós tenhamos algum tipo de  
 364 orientação para que isso seja regulamentado, não só no Conselho Estadual, mas nas reuniões dos Comitês  
 365 também.” Presidente Marcelo da Fonseca: “No nosso Conselho, no nosso Regimento – a secretaria executiva pode  
 366 confirmar –, tem a previsão de que, para votação e para quórum, esteja, sim, com a câmera aberta. E a condição  
 367 para participação, uma vez que a previsão de as reuniões serem de forma híbrida ou totalmente online pressupõe  
 368 que a instituição que indicou aquele conselheiro dê condições para ele participar. Para este Conselho. Com relação  
 369 aos Regimentos dos respectivos Comitês, eu não sei falar, você deve conhecer mais do seu, mas provavelmente  
 370 não tem essa previsão. Eu acho que talvez seria algo que precisaria ser disciplinado no Regimento Interno para  
 371 dar essa segurança. Quanto a Código de Trânsito eu entendo que não nos cabe fazer fiscalização sobre outras  
 372 políticas. A política de trânsito, cabe aos agentes de fiscalização de trânsito aferir isso. Eu acho que não cabe aqui  
 373 adentrarmos a essas outras regras. Obviamente, quando da manifestação, tem que seguir as nossas regras  
 374 específicas aqui. Mas, falando aqui, como engenheiro que sou, adentrando numa especialidade que não é minha.  
 375 Mas é algo que nós podemos trabalhar e buscar uma orientação a respeito.” Conselheiro Flávio Pimenta de  
 376 Figueiredo/UFMG: “Eu queria só provocar você, como presidente do Conselho, de um projeto que nós estamos  
 377 implementando. Iniciamos hoje o projeto. Eu já comentei com você, mas não tivemos oportunidade. Seria  
 378 interessante apresentarmos para o Conselho Estadual. E um projeto sobre barragens subterrâneas. Por quê?  
 379 Porque nós estamos vendo resultados. Então, se fosse uma ação que ficasse feito por feito, é uma coisa. Nós  
 380 estamos conseguindo multiplicar água dentro de regiões aqui no Norte de Minas. Você conheceu muito bem, é  
 381 uma realidade diferente de Belo Horizonte, Triângulo Mineiro. Mas eu acho que, da mesma maneira que o Dirceu  
 382 apresentou aquele maravilhoso projeto do CBH lá de cima, eu gostaria de apresentar para a turma até mesmo  
 383 para engajarmos nisso. Porque o que eu observo é que nós discutimos, colocamos, gestão para cá, gestão para lá,  
 384 e nós precisamos de ação. Aqui na região nossa, essas ações mitigadoras estão dando um resultado tão bom, e às  
 385 vezes as pessoas não sabem, não conhecem. Então fica a sugestão, a dica. Eu me coloco à disposição, se houver  
 386 interesse, para apresentar ao pessoal o projeto que estou realizando aqui, que tem previsão de cinco anos. Daí se  
 387 vê o interesse do produtor rural aqui da região.” Presidente Marcelo da Fonseca: “Obrigado, professor. Eu acho  
 388 que já podemos colocar como uma pré-pauta para a próxima reunião para que o senhor possa apresentar para  
 389 nós esse projeto. Nós confirmamos ao longo do período para a inscrição na próxima reunião.” Conselheiro Sylvio  
 390 Luiz Andreozzi/UFRJ: “Marcelo, eu estava esperando o seu retorno para fazer a solicitação. Então se nós  
 391 poderíamos, a partir do IGAM ou da SEMAD, regulamentar essa questão, deixar pelo menos em alguns  
 392 documentos formalizada a questão da internet, que não é responsabilidade do Comitê ou do Conselho Estadual  
 393 e sim da instituição que indica o conselheiro. Formalizar isso mesmo. Nós fazemos pela prática, e de repente tem  
 394 um questionamento. E infelizmente às vezes as coisas só funcionam assim. E também quanto a estender essa  
 395 prática que está no Regimento do Conselho Estadual aos demais colegiados, tanto às Câmaras Técnicas quanto  
 396 aos Comitês. Se eu não me engano, Marcelo, no Regimento, isso já está colocado que está estendido aos demais  
 397 colegiados. Talvez só precise de um parecer dizendo que os demais colegiados incluem as assembleias dos  
 398 Comitês.” Presidente Marcelo da Fonseca: “Ok. Pessoal da secretaria executiva...” Felipe Brait Carneiro  
 399 Gonçalves/SEMAD: “O Regimento é bem explícito no seu artigo 45, §5º, que somente serão computados os votos  
 400 usando os recursos de áudio e vídeo. E também no artigo 88 é bem claro que a responsabilidade pela conexão da  
 401 internet, instalação e utilização dos aplicativos de videoconferências e tudo mais que é necessário para participar  
 402 é de responsabilidade do conselheiro.’ Por óbvio, se estende para a entidade que ele representa. No nosso  
 403 Regimento Interno, isso é bem claro, bem explícito. A questão é saber se isso pode, automaticamente, se estender  
 404 para os Comitês.” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Boa tarde, senhores conselheiros, boa tarde,  
 405 senhor presidente. Como o Felipe colocou mesmo, professor Sylvio, tem no Regimento, esse Regimento é  
 406 específico do CERH, ele não vai abarcar os outros conselhos. Em relação à votação, como o Felipe bem colocou,  
 407 no artigo 46, a obrigatoriedade é que seja com áudio e com vídeo abertos. Entretanto, como por exemplo ocorre  
 408 algumas vezes aqui nos dois Conselhos, a própria secretaria executiva identifica quando os senhores estão com

409 problemas na transmissão do vídeo. Por exemplo, tinha um colega apresentando, e nós vimos que o vídeo dele  
410 estava um pouco pesado, tanto é que ele fechou para manifestar e continuar mais leve. Então repare que às vezes,  
411 quando a própria secretaria executiva verifica que vocês estão tendo esse problema na votação ou durante as  
412 suas manifestações, nós mesmos pedimos para que vocês fechem o vídeo para ficar mais leve a conexão. Isso está  
413 respaldado no artigo 46 do Regimento Interno dos senhores. Em relação à proposição que o senhor informou  
414 sobre a adequação do Regimento Interno, com essas sugestões que o senhor manifestou aqui, o artigo 96 do  
415 Regimento Interno também prevê a questão da modificação. Então havendo interesse do senhor, como já houve  
416 a manifestação nesta reunião, o senhor pode encaminhar, por gentileza, também de forma formal, caso queira  
417 complementar mais alguma coisa, a solicitação de modificação, que será analisada em conformidade com o artigo  
418 96 do Regimento. Tem algum outro ponto que eu deixei de informar ao senhor, algum outro ponto que faltou a  
419 manifestação?” Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi/UFU: “Eu não estou com acesso aqui ao nosso Regimento, o  
420 Regimento do Conselho, mas em algum lugar eu lembro que havia alguma coisa que era extensiva aos demais  
421 colegiados, que no caso do Conselho Estadual são as Câmaras Técnicas e também a Câmara Normativa e Recursal.  
422 Eu posso compreender extensiva aos demais colegiados como todos os colegiados do sistema, dos quais eu incluo  
423 os Comitês?” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Professor Sylvio, esse Regimento é apenas para o  
424 Conselho Estadual de Recursos Hídricos, não inclui os municipais. Inclui as unidades colegiadas, que são o Plenário,  
425 a CNR e as Câmaras Técnicas.” Presidente Marcelo da Fonseca: “Eu fiz uma pergunta bem direta para a Valéria,  
426 nossa procuradora, e ela também tem essa mesma interpretação que a Jeiza trouxe para nós. Então já  
427 respondendo ao senhor é necessário que tenha uma previsão expressa nos Regimentos, para evitar qualquer tipo  
428 de questionamento. Eu vou pedir à GCBH, que coordena toda essa questão de Regimento e normativos, para que  
429 avalie a necessidade de rever a deliberação que traz as diretrizes para Regimento, para incluir na diretriz, mas  
430 que, consequentemente, demandará um trabalho de cada um dos Comitês para incluir a previsão conforme nós  
431 conversamos aqui.” Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi/UFU: “Desculpe o diálogo assim, Marcelo, mas será que  
432 não há uma alternativa mais simples como, por exemplo, uma diretriz normativa, alguma regulamentação, para  
433 não ter que entrar naquele processo de aprovar novamente todos os Regimentos, alguma coisa mais simples?”  
434 Presidente Marcelo da Fonseca: “Podemos avaliar. Eu vou pedir para que faça essa avaliação se tem essa  
435 possibilidade.” Conselheira Maria Aparecida Borges Pimentel Vargas/Abragel: “Eu até coloquei no chat, no  
436 Regimento, eu também entendo que serve só para as instâncias do Conselho. Mas uma resolução do Conselho eu  
437 acredito que poderia servir para o que o professor Sylvio está sugerindo. Porque uma resolução do Conselho é  
438 para ser atendida também pelos Comitês.” Presidente Marcelo da Fonseca: “Nós vamos avaliar o que é viável, se  
439 uma deliberação geral ou alguma coisa específica. De toda forma, a equipe vai ver o que conseguimos fazer.” **10)**  
440 **ENCERRAMENTO**. Não havendo outros assuntos a serem tratados, o presidente suplente Marcelo da Fonseca  
441 agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

442  
443  
444  
445  
446  
447

---

#### APROVAÇÃO DA ATA

---

**Marcelo da Fonseca**  
**Presidente suplente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos**